

PERSPECTIVAS TERRITORIAIS NA PRODUÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA ENTRE SOCIEDADE E ESTADO

Territorial perspectives in the production of Public Action between Society and State

Zilma Borges de Souza¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese da exposição sobre perspectivas de reconfiguração da ação pública, seguida de debate em mesa redonda realizada no 2º. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo das Públicas (ENEPCP) em 2018. A ação pública é uma forma de produção da política pública e de outras formas de participação e relações entre sociedade e Estado. Para viabilizar esta construção são necessários instrumentos que ampliem as condições de envolvimento e participação da sociedade. Junto a isto, a ação coletiva organizada a partir de interesses comuns é condição crucial para sustentar a coprodução dessa ação pública. O artigo coloca em análise alguns dos desafios para o fortalecimento de ações coletivas originadas territorialmente e para a sua inter-relação com o Estado. Busca assim, avançar na discussão da perspectiva territorial compreendida como portadora tanto de uma dimensão física, como simbólica e em constante transformação.

Palavras-chave: Ação Pública; Controvérsias e Conflitos; Instrumentos da Ação Pública; Participação Social; Territórios.

ABSTRACT

This paper is related to a synthesis of a presentation followed by a roundtable which occurred on the 2º National Conference of Education and Research of Public Field (ENEPCP). During the debate, perspectives of a reconfiguration of Public Action were discussed. The Public Action is a co-production form of public policy and other forms of participation between the society and the government. It is necessary to have instruments that expand the conditions of involvement and participation of the society in order to make this co-production feasible. Moreover, the organized collective action coming from common interests is a key condition to support the public's action co-production. As a result, the paper presents an analysis of some of the challenges for the strengthening of the collective action originated in the territory and its interrelation with the government. In addition, the paper proposes to go further in the discussion of the territory's dimension which is in constant transformation under its material and symbolic aspects.

Keywords: Public Action; Controversies and Conflicts; Public Action Instruments; Social Participation; Territories.

¹ Professora de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Pesquisadora e membro do Colegiado do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) e do Conselho Consultivo da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP).

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a ação coletiva como fenômeno que emerge da sociedade e que se materializa em associações, fóruns, redes, grupos comunitários e coletivos organizados em torno de temas, causas, questões locais, lutas sociais e projetos, entre outros fatores mobilizadores².

Um dos pontos-chaves que motivam esta análise é a necessária reflexão sobre as potencialidades presentes na sociedade em encontrar alternativas para a gestão e a solução de problemas públicos de forma compartilhada com o governo, em uma forma de coprodução da ação pública. Isto se torna ainda mais relevante em situações nas quais o Estado diminui a sua ação, se ausenta ou se retrai do seu papel e das responsabilidades na gestão pública. Nestes casos, a ação coletiva pode também ter um papel de denúncia, controle social, ativismo e outras formas de atuação que gerem pressão e cobrança.

A capacidade da sociedade em se estruturar em torno de interesses que lhe digam respeito e conseguir êxito em encaminhar suas demandas é analisada neste artigo sob a luz da linha teórica da Ação Pública. Esta concepção remete a uma possível transição da forma como se pensa a administração pública, em direção a concepções híbridas de gestão, compartilhadas entre Estado e sociedade, conforme proposto pela linha teórica da Sociologia da Ação Pública (CEFAI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011; HALPERN *et al.*, 2014; LASCOUMES, LE GALÈS, 2009; VANIER, 2015).

A concepção teórica da Ação Pública aborda os modos de interação entre os atores sociais, os processos de construção de diálogo, de resolução de conflitos e de articulações que focalizem interesses múltiplos. Busca revelar também processos de construção mais dinâmicos do que os espaços políticos e de participação institucionalizados, e avançar em opções de gestão e governança que ultrapassem a discussão do dualismo entre centralização e descentralização do Estado (HALPERN *et al.*, 2014).

Nesta proposição, o papel da sociedade junto ao Estado ganha importância, não só na definição dos problemas públicos, como também na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Assim se propõe que o êxito de ações que emergem da sociedade não está restrito a conseguir a solução de problemas públicos, mas também na existência de ações coletivas que tragam visibilidade a temas de interesse, encaminhar debates, explicitar conflitos e controvérsias, e buscar soluções em uma lógica voltada ao bem comum.

Neste artigo busca-se compreender os potenciais da ação coletiva para a produção da Ação Pública, observando o âmbito territorial como gerador e estruturador destas experiências.

Neste sentido, um interesse de pesquisa relevante para o campo de públicas é a perspectiva do território como o lugar onde se articulam os problemas públicos (BORGES *et al.*, 2016; SPINK, 2014) e onde se inicia a ação, ainda que haja participação externa, tanto a nível nacional, quanto internacional (TEISSERENC, 2011).

Para promover a discussão e articular as discussões teóricas, optou-se por investigar o Fórum em Defesa da Vida, que desde 1996 atua e promove ações na região do M'Boi Mirim,³ zona sul de São Paulo. O Fórum é organizado pela comunidade local e atores políticos envolvidos com temas como segurança pública, saúde, justiça, educação e direitos humanos, e busca contribuir para a criação de uma rede de proteção e monitoramento no campo dos Direitos Humanos e promoção da Cidadania. Surgiu como resultado da ação de diversas entidades que atuam no território e é composto por integrantes de diferentes igrejas cristãs, escolas públicas e privadas, entidades e organizações do campo social no território, associações de moradores, movimentos sociais e autoridades públicas (CROWE *et al.*, 2016).

² O artigo aqui apresentado é resultado de exposições realizadas no 2º Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), em 2018, na mesa redonda intitulada "Ação Pública no Século XXI".

³ A região será apresentada no decorrer do texto ao se apresentar o caso.

Para a realização do estudo foi utilizada uma metodologia de vertente qualitativa, com participação em reuniões, entrevistas com organizadores e participantes, observação em atividades realizadas na região, além de conversas informais realizadas entre setembro de 2016 e agosto de 2018.

A seguir são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, com a intenção de contribuir para a compreensão das potencialidades da ação coletiva originada de realidades territoriais.

A AÇÃO COLETIVA EM ÂMBITO TERRITORIAL

Nos últimos anos no Brasil e em vários países uma variedade de sujeitos coletivos passou a ganhar evidência no espaço público, em redes associativas na internet, em territórios específicos na periferia ou por mobilizações a partir de temas como transporte, habitação, gênero, violência, entre outros. Estes fenômenos ampliam as formas de organização da sociedade em torno de lutas sociais e interesses coletivos, e vêm tornando mais visíveis uma multiplicidade de atores, revelando espaços de ação não previstas nos espaços políticos e de participação institucionalizados.

Diversos estudos têm sido conduzidos visando contribuir para a compreensão das formas e da capacidade desta ação coletiva. Pela lente dos movimentos sociais, da participação social, das organizações em rede ou das motivações para a mobilização dos atores em espaços complexos, entre outras (LATOIR, 2007, 2012; CEFAÍ, 2007, 2012)

A multiplicidade de atores e a ampliação de espaços institucionalizados de participação social ampliam, por outro lado, a complexidade de governança, as dinâmicas e formas de inter-relação. Na perspectiva territorial, amplia-se a necessidade de se pensar em como obter uma governança que de fato permita uma contribuição mais significativa dos atores diversos. Isto inclui desafios relacionados à complexidade inerente à variedade de atores com valores e culturas específicas, visões e interesses múltiplos, espaços assimétricos de poder e diferentes níveis de planejamento e tomada de decisão. Assim, é imprescindível um olhar sobre a ação coletiva colocada em ação nos territórios, discutindo a possibilidade de uma reconfiguração de poder e ampliação do espaço de atuação, no território e para além dele.

Neste artigo considera uma concepção de território, a partir da proposição de Raffestin (1990) em uma de suas contribuições essenciais à geografia política. Para ele o território se constitui de todas as relações que uma sociedade não só mantém com si mesmo, mas também com o exterior e a alteridade, por meio de mediadores, buscando satisfazer suas necessidades para adquirir a maior autonomia possível e considerando os recursos do sistema.

Assim, pode-se investigar o território, como originado de construções culturais ou simbólicas, de realidades materiais e físicas, de políticas de planejamento ou resultado de processos de desenvolvimento, em uma concepção muito mais ampla do que a vinculada apenas a atributos físicos regionais (BORGES *et al.*, 2012; BORGES *et al.*, 2016)

Propõe-se, portanto, desenvolver um olhar sobre a ação pública colocada em ação nos territórios, discutindo o restabelecimento dos espaços políticos e da ação pública dentro de espaços institucionais que incluem múltiplas escalas de governo e diferentes focos articuladores de políticas públicas, como saúde, educação ou habitação, por exemplo.

Pode-se afirmar que a territorialização da ação pública envolve as formas como a ação coletiva é mobilizada, aplicada, interpretada e modificada pelos atores. Neste sentido, a ação territorialização implica um processo de apropriação ou não, dos espaços de participação institucionalizados ao longo do tempo e também o reconhecimento de formas emergentes de ação coletiva.

Como exemplo para discussão, cita-se a pesquisa sobre vulnerabilidades urbanas na zona sul de São Paulo, conduzida em parceria pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas-CEAPG/FGV e diversos atores da região. *Diversas questões urbanas têm sido focalizadas*

e cruzadas para compreensão de dinâmicas em uma área territorial específica: os distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís, Capão Redondo e áreas adjacentes da Zona Sul de São Paulo. As investigações e atividades realizadas em conjunto com os atores locais tem revelado várias dinâmicas coletivas que espelham questões territorializadas e o encaminhamento de propostas junto ao poder público por meio de espaços institucionalizados⁴.

Em uma das linhas de investigação, com o objetivo de mapear e caracterizar os atores e as relações sociais, Esteves, Silva e Spink (2016) identificaram a presença de tipos de relações solidárias e de organizações que atuam como conectores sociais no território. Estas relações se organizam em redes de relações sociais perenes (relações solidárias), em atividades econômicas em rede (cadeias produtivas) e em ações políticas em rede (movimentos reivindicatórios) (ESTEVES *et. al.*, 2016).

Uma forma de disseminar e tornar visível os debates tratados nestas redes locais tem sido a organização de Fóruns que ampliam a participação de atores, com a inclusão de temas transversais às questões fundamentais que tem caracterizado as dinâmicas do território.

Assim, junto a temas centrais como a violência, as opções para a juventude, a questão racial, são tratados também questões de moradia, de oportunidades de desenvolvimento local, saneamento, preservação de nascentes e agricultura urbana, que despontam como interesses no território.

Exemplos destas construções, e que já mantém um histórico e continuidade de ações são o Fórum em Defesa da Vida, o Fórum de Pesquisadores, o Fórum do Fundão e Águas e o Fórum Social Sul. Várias das ações desenvolvidas por estes coletivos e redes tem gerado documentos que direcionam as demandas para órgãos públicos e instituições de apoio.

Neste artigo, como forma de entender a ação coletiva organizada a partir de um problema público fortemente vinculado ao território, é apresentado e analisado o Fórum em Defesa da Vida. Desta forma, pode-se discutir como ocorre a relação com o poder público, as perspectivas para a Ação Pública e a inter-relação entre Estado e Sociedade.

PERSPECTIVAS DA AÇÃO COLETIVA EM CONSTRUÇÃO – A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM EM DEFESA DA VIDA

O Fórum em Defesa da Vida se articula, principalmente em torno do tema da violência contra a juventude negra na região do M'Boi Mirim, região de periferia da cidade de São Paulo. É organizado pela Sociedade Santos Mártires do Jardim Ângela, pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular - CDHEP do Capão Redondo, pelo Comitê Juventude e Resistência, entre outros coletivos e lideranças da região de M'Boi Mirim e Campo Limpo.

O objetivo norteador deste Fórum é promover ações fundamentadas nos princípios da cultura de paz e que tenham como horizonte a superação das injustiças sociais e das violências no cotidiano para moradores e comunidades da região do Jardim Ângela e Campo Limpo. Além disto, as ações e debates têm extrapolado para outras áreas relacionadas ao provimento de serviços públicos na região, gerados pela insuficiência de equipamentos sociais que prestam atendimento à população, tanto no âmbito da assistência social, como na educação, cultura, segurança pública e outros.

Para contextualizar melhor, a região na qual o Fórum se organiza envolve os distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luís hoje, com aproximadamente 600 mil pessoas, vinculada oficialmente à Prefeitura Regional de M'Boi Mirim (IBGE, 2010). A região surgiu como resultado de expansão da cidade, nos anos

⁴ Esta pesquisa vem sendo desenvolvida a partir do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo-CEAPG/FGV-SP, no âmbito da *Estação de Pesquisa Urbana de M'Boi*, com metodologias que promovam a construção de pesquisa em parceria com os atores da região. A *Estação* é resultado de um trabalho que teve início em 2013, com o apoio do Fundo de Pesquisa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) ao projeto de vulnerabilidades urbanas do CEAPG.

60 e cresceu substancialmente nos anos 1970 em diante com muitas moradias irregulares e falta de equipamentos de estrutura urbana, inclusive em torno da represa Guarapiranga, uma das que abastece a água em São Paulo.

O problema público que motivou a criação do Fórum em Defesa da Vida foi a situação de violência que era vivida pela população na região. O evento que despertou a urgência de se articular foi o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1996, de que a região era o núcleo urbano mais violento do mundo. Os dados indicavam 120 assassinatos/ano para cada 100 mil habitantes, predominando as vítimas entre 15 e 25 anos. No ano anterior, as estatísticas indicavam que Cali na Colômbia era o lugar mais violento com 80 por 100.000 mil habitantes (CROWE, 2016; ONU, 2018).

O Fórum é formado por diversos atores e entes da sociedade civil, por igrejas de diferentes credos, escolas públicas e privadas, associações de moradores, partidos políticos e autoridades públicas. Desde o seu início foram chamadas a participar, além da comunidade e de outros atores políticos já envolvidos com o tema, atores que pudessem contribuir para a criação de uma rede ampla. Em seu percurso, desde 1996, é comum ocorrer mudanças na sua composição, com grupos que atuam mais fortemente, de acordo aos focos e articulações que se alteram ao longo do tempo. Os atores centrais são moradores da região do Jardim Ângela e do Jardim São Luís, membros, em sua maioria, de alguma organização social que atua nesses locais. Os integrantes se agrupam em torno de sua vinculação a seus grupos de referência e espaços de atuação, como por exemplo, associações de moradores, movimentos sociais, diferentes igrejas, escolas, universidades e gestores públicos locais.

Dentre as articulações com o Setor Público, existe uma participação significativa de gestores locais como as organizações sociais (OS) que atuam na área da saúde, assistência social e educação e já esteve mais presente através da Promotoria e do Ministério Público, com iniciativas pontuais e temporárias como a Promotoria Comunitária. Também algumas universidades como a Unifesp- Universidade Federal de São Paulo, a Universidades de São Paulo-USP, a Pontifícia Universidade Católica-PUC de São Paulo e a PUC-Camp de Campinas, a Fundação Getulio Vargas e a Universidade Santo Amaro-Unisa atuaram e/ou atuam direta ou indiretamente no Fórum em Defesa da Vida, seja com pesquisa aplicada, com presença mais constante, com projetos e ações ligados à saúde mental, à psicologia comunitária, a entre outros.

Como descrito, o problema público central tratado pelo Fórum é a violência contra a juventude negra periférica, sendo um espaço de discussão sobre o genocídio da juventude negra e sobre a repressão policial responsável por inúmeras chacinas que ocorrem na região. O distrito do Jardim Ângela superou o título de bairro mais violento do mundo, mas tem o 94º. Pior IDH entre os 96 de São Paulo e mais de 295 mil habitantes, o terceiro mais populoso da capital. Por mais que os índices tenham melhorado desde o surgimento do problema público, a violência segue sendo uma temática presente no território e, portanto, com necessidade de ser debatida.

O Fórum em Defesa da Vida já promoveu inúmeros debates, seminários, rodas de conversa, audiências públicas; participou ativamente de muitas caminhadas e manifestações. Uma forma de atuação inovadora são os Tribunais Populares, os quais eles ajudaram a elaborar e realizar, e que deram subsídios para três Ações Cíveis Públicas. Nestas o Estado foi responsabilizado e sentenciado pela sua omissão em setores fundamentais como segurança pública, justiça, educação e saúde, para manutenção de uma vida digna para a população dessa região (CROWE *et. al.*, 2016, p. 07).

Segundo um dos organizadores do Fórum, o padre Jaime Crown, vinculado à Sociedades Santos Mártires, a partir da articulação do Fórum em Defesa da Vida, houve de fato uma melhora significativa das condições de vida para os moradores da região (CROWE *et. al.*, 2016, p. 08).

Ainda, a experiência deu frutos no sentido de impulsionar ações de outros fóruns que articulam redes e propostas territoriais, como o Fórum Social Mundial e o Fórum do Fundão e Águas, criados posteriormente. Estes fóruns são espaços de articulação da sociedade civil para a região e não apenas do Jardim Ângela e Jardim São Luís, e fortalecem vários grupos, coletivos e redes trazendo visibilidade a temas que a mídia e o poder público têm deixado de lado.

O grande interesse das pessoas engajadas na atuação do Fórum em Defesa da Vida é dar visibilidade às questões vividas pela região. Consideram como essencial e estratégico que o problema público vivido pela região seja compartilhado e divulgado para que as pessoas possam se sensibilizar e unir esforços para fortalecer a pressão popular realizada pelos atores locais.

ANÁLISE DE RESULTADOS

O Fórum em defesa da vida vem possibilitando o encontro e a sinergia de diversos atores e organizações, conseguindo mobilizar e articular um número de mais de 100 organizações populares, ao longo do tempo. De um modo geral, o Fórum realiza todas as suas atividades, protestos e ações de forma coletiva e aberta, agregando propósitos e interesses comuns capazes de mobilizar um grande número de pessoas e de organizações.

Nesse sentido, o Fórum em Defesa da Vida é um potencializador e irradiador para que os próprios moradores locais entendam o Problema Público no âmbito pessoal e conjuntural. O aspecto pessoal é experimentado na medida em que os moradores compartilham suas próprias vivências de violência, abusos, mortes e injustiças cometidas e sofridas por eles, seus amigos e familiares. Conseguem também criar na comunidade uma rede de apoio e de comunicação das próprias organizações com os moradores, uma vez que se entende que o problema não é singular, mas público. No âmbito conjuntural, conseguem extrapolar a experiência, demonstrando que o que acontece no Jardim Ângela e nas outras regiões da Zona Sul, também acontece nas periferias das outras regiões da cidade.⁵

Dessa forma, nota-se que a ação coletiva gera possibilidades para que o Fórum e seus atores busquem pressionar o Estado, como parte de uma ação pública, pois essa só pode ocorrer a partir da conscientização de que existe um problema público compartilhável, que os casos não são isolados e que é preciso lutar por eles.

Além disto, estes espaços permitem às pessoas se encontrar para debater as questões sociais presentes, e ao atuarem coletivamente, se sentirem fortalecidas, com o reconhecimento de suas questões e com a imersão em temas que abordam a realidade em que se vive. Um aspecto muito relevante é que, a partir do momento em que o Fórum possibilita um campo para o encontro entre população local e pessoas ligadas aos governos locais, secretarias, promotores públicos, entre outros gestores locais, ele acaba por possibilitar que as ações executadas pelas ONGs, OS e outras entidades públicas conveniadas, sejam mais coerentes com a realidade do território. Isto ocorre pelas oportunidades criadas de mostrar mais dimensões das demandas e dos problemas.

Por fim, em decorrência das ações e reflexo da relação do Fórum com o Setor Público, pode-se citar como conquistas, a construção e ampliação dos equipamentos públicos nas áreas da educação e cultura, como o CEU Feitiço da Vila, a construção do Hospital de M-Boi Mirim, a implementação dos projetos de bases de policiamento comunitário na região e a instalação de dois Centro de Integração e Cidadania, reconhecidos pelos participantes do fórum, como resultados das pressões exercidas.

Por outro lado, mesmo se consolidando como instâncias de proposição e agregando muitos participantes, permanece o desafio de maior interação com o poder público tanto municipal quanto estadual. A partir de um levantamento sobre equipamentos públicos ou a falta dele nesta mesma região da periferia de São Paulo, a vulnerabilidade institucional e a falta de conectividade foram apontadas como dois dos principais problemas para o encaminhamento das demandas e interesses do território (SPINK *et. al.* 2015).

⁵ Análises desenvolvidas em debates durante o curso "Ação Pública e Desenvolvimento Local" do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias questões de pesquisa podem emergir de relações possíveis entre os temas aqui tratados, de maneira a contribuir para o campo de públicas, incluindo oposições, retrocessos e avanços, que dentro de processos conflituosos podem gerar inovações e aprendizagem social.

A coordenação e a gestão da ação pública necessitam de projetos que articulem escalas horizontais e verticais, desde regiões, como cidade e distritos, e instâncias do poder público, colocando em coerência lógicas de diferentes atores: políticos, governos, serviços públicos, empresas privadas, instituições financeiras, associações, habitantes que participam e se mobilizam.

Como síntese, alguns dos desafios da lógica territorial para a construção de ações coletivas visando à ação pública remetem a:

- (a) analisar a ação coletiva a partir do lugar e do território na recomposição da esfera pública, discutindo a maneira pela qual diferentes lógicas de atores distintos se cruzam e redefinem os problemas públicos;
- (b) considerar conflitos e interesses plurais na definição de problema público;
- (c) discutir como incluir a participação com espaços de negociação e de concertação, de forma a permitir ajustes de acordo às demandas locais, gerando inovações concretas como a criação de instâncias para incorporação, formulação e implementação dos instrumentos da ação pública;
- (d) buscar utilizar as instâncias formalmente institucionalizadas para participação social e encaminhamento de demandas e ao mesmo tempo gerar espaços abertos para inovação social.

Assim, propõe-se, que, pela importância alcançada com a mobilização dos atores locais em ações de caráter coletivo, o território se apresenta sobretudo como um espaço propício aos debates e a confrontações entre esses atores, como oportunidade de dar visibilidade e de tratar dos interesses conflitantes. Entendendo o território não restrito à dimensão física, mas também como espaço de fluxos e de dimensão simbólica, este pode manifestar dinâmicas assentadas em espaços de interdependência de atores heterogêneos e engajamentos coletivos que produzam projetos políticos e de ampliação democrática.

Uma lógica, pertinente aos aspectos acima destacados, é a concepção de que os territórios se organizam e se reorganizam continuamente e que esta dinâmica se qualifica a partir de investimentos públicos estruturadores, mas também da capacidade de intervenção dos atores sociais. Estes movimentos incluem a necessidade de desenvolver as capacidades locais, a articulação entre atores diversos e entre escalas governamentais, e a criação e consolidação de estruturas administrativas coerentes com a ativação de práticas democráticas e participativas.

A partir da linha de análise aqui exposta, e que discute a ação pública colocada em ação nos territórios, propõe-se também colocar em evidência o restabelecimento de espaços políticos a partir da apropriação dos sujeitos dos instrumentos de intermediação com o Estado. Para tanto, existem formas pelas quais o governo pode apoiar e intervir no encaminhamento destas questões e ampliar a relação de coprodução entre o Estado e a Sociedade. Neste sentido, um campo que se recomenda para futuras pesquisas é o dos instrumentos da ação pública, que na concepção da Sociologia da Ação Pública envolvem as técnicas, os meios de operar e os dispositivos que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental e o acesso da sociedade de forma ativa.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Giovanni; TANG, Audrey; SECCHI, Michelangelo. Escalas híbridas de engajamento social. In: BALBIM, Renato (Org). Geopolítica das cidades: Velhos desafios, novos problemas, Brasília, IPEA, 2016.
- BOISIER, Sérgio. Hay espacio para el desarrollo local em la globalización? Cepal, 2005.
- BORGES, Zilma S. et al. Perspectivas da Agroecologia nas cidades: Experiências da Agricultura Urbana na região do M'Boi Mirim da cidade de São Paulo. VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia. Brasília, 2017.
- BORGES, Zilma S.; REIS, Carolina. P.; MEDEIROS, Anny Karine. Manejo de uso múltiplo como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: o caso do Acre. Anais XII Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador, 2012.
- BORGES, Zilma. NABUCO, Ana Luisa; SILVA FILHO, João Soares; FERREIRA, Rodrigo Nunes; ALMEIDA, Maria Cristina Mattos. Ação pública e a construção de uma nova territorialidade urbana em Belo Horizonte (MG). Cadernos de Gestão Pública, v. 21, 2016, pp. 12-25.
- CEFAI, Daniel, TERZI; Cédric (Dir.). L'expérience des problèmes publics. Perspectives pragmatistes, Paris, Éditions de l'EHESS, series: Raisons pratiques, 2012
- CEFAI, Daniel. Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective. La Découverte: Bibliothèque du Mauss, 2007.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. Argumenter dans um champ de forces. Edition Pétra, 2011.
- CROWE, Jaime; FERREIRA, S. L. Jardim Ângela: Em defesa da Vida. Divulgação em Saúde para o Debate: Rio de Janeiro. n. 35. Maio, 2006, p. 85-91.
- CROWE, Jaime; MARIA, Léa, SIMÕES, Celina; TAVANTI, Roberth. Fórum em Defesa da Vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da zona sul de São Paulo. Estação de pesquisa urbana M'Boi – série documentos de trabalho. CEAPG/FGV.2016.
- ESTEVES, Egeu; SILVA, Cleverson; SPINK, Peter. [Conexões da zona sul: levantamento participativo da economia solidária na zona sul da cidade de São Paulo](#), 2016.
- FAVARETO, Arilson et alii(2014) A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente Brasil (2000-2010). Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural.
- HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. L'instrumentation de l'Action Publique. Presses de Science-Po, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Acesso em 22.08.2018 <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick (org) Gouverner par les Instruments. 1ª ed. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2004.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologie de l'Action Publique. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2009
- LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. LATOUR, B. Turning around politics: a note on Gerard de Vries' paper. Social Studies of Science, v. 37, n. 1, p. 811-820, 2007.
- LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator- -rede. Salvador: Ed. UFBA, 2012.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Página inicial da ONU Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil> . Acesso em 12 de setembro de 2017.
- RAFFESTIN, Claude. Pour une géographie du pouvoir, Paris, Librairies techniques, 1990

SPINK, Peter Kevin. Assuntos públicos e a abordagem das linguagens de ação pública. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, [S.l.], v. 21, n. 70, dez. 2016. ISSN 2236-5710. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/64366>>. Acesso em: 09 Out. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n70.64366>.

SPINK, Peter. Vulnerabilidade Institucional e a falta de conectividade em M' Boi Mirim: Contribuições iniciais para as discussões sobre a melhoria dos serviços no Jardim Ângela e Jardim São Luís e sobre políticas públicas mais adequadas para a juventude da região. Relatório de Pesquisa CEAPG. São Paulo: FGV, 2015.

SPINK, Peter. Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In JACÓ-VILELA, AM, e SATO, L. (Orgs.). Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 352-369

SPINK, Peter; TAVANTI, Roberth; MATHEUS, Tiago. [Vulnerabilidade institucional e a falta de conectividade em M'Boi Mirim](#). Centro de Estudos em Administração Pública e Governo/FGV Biblioteca digital, 2015.

TEISSERENC, Pierre. Les défis de la recomposition territoriale du point de vue des sciences sociales. In: TEISSERENC, Pierre; ETIEN, Robert; CHICOT, Pierre-Yves. (Org.). La Recomposition Territoriale: un défi pour la Guadeloupe. 1^{ed}. Paris: Publibook, 2011.

VANIER, Martin. Demain les territoires. Capitalisme réticulaire et espace politique, Paris: Hermann, 2015.